



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO 3º REGIÃO JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE GOIÂNIA

CAIXA 36/87

PROCESSO № 77

/82



RECLAMANTE: RUI DE OLIVEIRA TRAMITAÇÃO Endereço Av. Paraúna nº 1 Palmeiras de Goiás 17/02/82 ás 12:30 hs 05-03-82 às 9:50 A ADVOGADO: Dr. LUIZ GONZAGA ASSUNÇÃO Av. República do Líbano nº 979 4.82 144 Setor Santos Dumont RECLAMADO: JÚLIO JOSÉ DA SILVA 05-82 Endereço Rua 3 nº 572 Ed. Sibéria Ap.303 Setor Deste ADVOGADO: Dr. Azarias Porto de Abren Endereço Av. Goias, 623 sala 1202 - centro Nesta OBJETO Sal. REtido, Aviso, Férias, 13ºSal., Indenização. AUTUAÇÃO Doze Aos dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e dot , na Secretaria da la Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia autuo a reclamação que segue, com Três documentos. Eu, ny Santej P/, Diretor da Secretaria, assino este termo.

77/82

ECLAMANTE:	RUI DE CLIVEIRA			
ECLAMADO:	JÚLIO JOSÉ DA SILVA			112
9	LOCAL: Goi âni a	DATA:	11/01/82	N: 153/82
A B o	OBJETO Sal. retido, avi	o, feria	s, 13º sal.	· indenização
3. REG		VAÇÕES:		aga Assunção
	ESPÉCIE: escrita OBSER	VAÇÕES:		ıga Assunção



FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS Órgão de Representação do Trabalhador Rural

Excelentíssimo Senhor

Doutor Juiz do Trabalho, Presidente de uma das Juntas de Conciliação e Julgamento de Goiânia-Go.

DIST. Nº 153/89

JUSTIÇA DO TRABALHO DISTRIBUIÇÃO

RECEBIDO EM DQ

3. DISTRIBUIÇÃO

RUI DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, trabalha dor rural, residente e domiciliado na Avenida Paraúna, nr. 1,em Palmeiras de Goiás - Go., por seus procuradores judiciais que esta subscrevem (m.j - doc. 01), com escritório profissional no endereço infratimbrado, onde recebem intimações e notificações' de estilo, advogados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás - FETAEG - e sob os Benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (doc.02), respeitoso, vem à digna ' presença de Vossa Excelência, embasado na Lei nr. 5.889/73, no seu regulamento, o Decreto nr. 73.626/74 e na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, propor a presente Ação Reclamatória ' Trabalhista contra o Sr. JÜLIO JOSÉ DA SILVA, brasileiro, casado, fazendeiro, residente e domiciliado na Rua 3, nr. 572, Edifício Sibéria, apartamento nr. 303, Setor Oeste, em Goiânia-Go, e o faz com base nos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I - em data de 04 de julho de 1979 o Reclaman te passou a trabalhar para o Reclamado, contratado que fora, ver balmente, por este, em Palmeiras de Goiás-Go., para exercer a função de operador de máquinas agrícolas, tendo sido dispensado, injustamente, do emprego, por ato do Reclamado, em data de 24 de outubro do ano de 1981;

II - esclareça-se que, nos meses de junho e agos to de 1981 o Reclamante não prestou serviços para o reclamado , sendo, por isso, o seu tempo de serviço prestado ao Reclamado , reduzido para 02 anos, vez que o contrato firmado em julho de 1979 fora rescindido de fato em maio de 1981 e reativado em





FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS Órgão de Representação do Trabalhador Rural

02

setembro desse mesmo ano, quando o Reclamante, novamente, voltou a prestar serviço para o Reclamado;

III - esclareça-se, também, que o Reclamante não recebeu os salários (CR\$ 12.000,00) referentes aos meses de ja neiro a maio e setembro e outubro de 1981, no total de 07 me ses, estando, portanto, retido, o montante de CR\$84.000,00;

IV - esclareça-se, finalmente, que em todo o período trabalhado o Reclamante jamais recebeu férias e 13º sa lários. Também no tempo de sua dispensa - quando estava percebendo, mensalmente, CR\$ 12.000,00 - não recebeu aviso prévio nem indenização por tempo de serviço.

Assim, MM. Juiz, face ao exposto, o Reclamante' vem à digna presença de Vossa Excelência, requerer a NOTIFICA - ÇÃO do Reclamado para comparecer à audiência que for designada' sob pena de revelia e confissão e, em consequência, seja o Reclamado condenado a pagar ao Reclamante as parcelas adiante discriminadas, acrescidas de juros de mora, correção monetária, custas processuais e honorários advocatícios, arbitrados nos termos do artigo 16 da Lei nr. 5.584/70 combinado com o artigo 11 da Lei nr. 1.060/50.

PARCELAS

a)	- Salário retido em dobro	CR\$	168.000,00
b)	- aviso prévio	CR\$	12.000,00
c)	- 02 férias simples	CR\$	24.000,00
d)	- 02 139s salários	CR\$	24.000,00
e)	- indenização por tempo de serviço	CR\$	24.000,00
		CR\$	252:000,00
	(Duzentos e cinquenta e dois mil cruzeiros).	c	

A esse total acrescem-se juros de mora e correção monetária.

O Reclamante provará os fatos alegados por todos os meios de provas em direito admitidos e requer, desde já, a produção de provas documentais, testemunhais, bem como o de poimento pessoal do Reclamado que, também, fica requerido.



FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS Órgão de Representação do Trabalhador Rural

03

Dá-se à presente o Valor de CR\$252.000,00 ($D\underline{u}$ zentos e cinquenta e dois mil cruzeiros).

Termos em que, pede e espera deferimento.

Goiânia, 08 de janeiro de 1.982.

PP.:

Luis Gonzaga Assunção
OAB-GO 5:85 — CPF 085990091-68
Depte, Juridico-FETAEG

Luiz Gonzaga Cordeiro

Edivaldo da Silva Santos
OAE - GO 1993 - CPF 047821501-34

DOC-0105

PROCURAÇÃO bastante que faz (em) <u>RUI DE</u>	OLIVEIRA, brasileiro, solteire, tra
	ciliado na Avenida Castelo Branco .
nr. Cl. em Palmeiras de Goiás - C	30.
0 (s) abaixo-assinad	o(s) nomeia (m) e constitui (em) seu (s)
bastante (s) procurador (es) o (s) Dr (EDIVALDO DA SILVA SANTOS, LUIZ
CONZAGA CORDEIRO & LUÍS GUNZAGA	ASSUNÇAD, brasileiros, casado e sor
teiros, advogados inscritos na O	AB/GO. sob es nrs. 1993, 3755 e 5255,
CPFs. 047621501/34, 062586971/00	• 085990091/68, componentes do De -
partamento Jurídico da Federação	dos Trabalhadores na Agricultura do
Estado de Goiás, com escritorio	D10: 10010: 101
bano, nr. 979, Setor Aeroporto,	em Colania - Co.
com os poderes gerais para o foro quer	civil, comercial, trabalhista ou adminis
trativo e, especialmente, para <u>proper</u>	em, na Comarca de Goiânia - Go., uma
Ação Reclamatória Trabalhista, o	contra e Sr. JÚLIO JOSÉ DA SILVA.acom-
panhá-la em todos os seus termos	s, enfim praticarem todos os atos neces
sários à defesa dos direitos do	outorgante.
Ficam-lhe(s) outor	gados ainda todos os poderes que se fizerem
necessários ao cumprimento destes mand	lato, entre os quais se incluem os constan
tos da messalva do antigo 38 do Código	de Processo Civil, podendo, por 1sto mesmo,
mayeren regante qualquer Juiz, Tribu	nal ou Autoridade Administrativa tudo o que
necessario for sendo-lhe(s) facultado	substabelecer(em) com ou sem reserva os po
deres que lhe(s) são conferidos por es	ste instrumento. O(s) procurador (es) poderão
agir em conjunto ou separadamente.	
,	Goiânia, 16 de novembro de 1981.
9.0	FICH Periode Odinario
Cartorio do 2º Oficia	7100
Rofieldo Longs De Wilds GO	
Scr. Autor.	
econtero por semelhança a firma	
cuira	
ru arquiy 1964 to	
mestras de Loia 30	
allowing SC 17 8	
Escreve Autorianto	

/iveg.

Loc-029

Excelentíssimo Senhor

Doutor Juiz de Direito da Comarca de Palmeiras de Goiás - Go.

No 08 No 15.840

The de Goise 30 / 11/1981

Contract Des Augustorios

L'Secretaire sadropados
avoir de de de seu y de la seu

RUI DE OLIVEIRA e JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA, bra sileiros, solteiros, trabalhadores rurais, residentes e domiciliados na Avenida Castelo Branco, nr. Ol, em Palmeiras de Goiás - Go., res peitosos, vêm à digna presença de Vossa Excelência, expor e requerer o seguinte:

I - que necessitam ingressar na justiça para reivindicar direitos seus que estão sendo feridos por terceiros;

II - que são pessoas reconhecidamente pobres con forme provam com os inclusos ATESTADOS DE POBREZA(docs. 1/2), não po dendo, por esse motivo, custear despesas processuais nem honorários a dvocatícios sem prejuízo de sua manutenção:

III - que vivem de empregos, contudo ora se acham desempregados, vez que foram dispensados por seus empregadores, contudo não receberam parcela alguma referente aos seus direitos trabalhis tas.

Assim, MM. Juiz, face ao exposto, e com base onos artigos 4º e 5º, § 4º da Lei nr. 1.060/50, requerem a Vossa Excelência, lhes sejam concedidos os Benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, com a consequente nomezação dos Drs. EDIVALDO DA SILVA SAN TOS, LUIZ GONZAGA CORDEIRO e LUÍS GONZAGA ASSUNÇÃO, advogados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás, para o patrocínio de suas causas, os quais aceitam, segundo lhes adiantaram, a incumbência.

Termos em que pedem e esperam deferimento.

De Goiânia para Palmeiras - Go., aos 16 de novem

bro de 1981.

RUI DE BLIVETRA

José AUGUSTO DE OLIVEIRA





SECRETARÍA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

Doe



Gráfica de Goiás - CERNE

SSP-022

O senhor Bel João Arantes Cintra

Delegado de Polícia de Palmeiras de Go.

Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, etc.

ATESTA, a requerimento da parte interessada, que

NOME—
José Augusto de Oliveira
NACIONALIDADE — ESTADO CIVIL — CONTRA
Procileira Solteiro
PROFISSAG
Operador de Maquinas ESTADO DE
NATURAL DE
Ruriti Alegre
FIALIAÇÃO —
PAI: José Francisco de Oliveira
MÃE: Augusta Borges de Oliveira VIVE E RESIDE nesta cidade na BAIRRO O O O O O O O O O O O O
Rua 6 (V. C. Brance) (O1)
"É PESSOA POBRE, não podendo pagar taxas, emolumentos, custas, etc., conforme afirmaram,
nesta Delegacia, duas testemunhas idôneas.
DATA——DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE
Palmeiras de Goiás 30/11/81
FINS—
Assistência Judiciária
and 12

Mariano Fernandes Mattas 39 Sgi PM - Mai. 324.744

GERTIFICO que, constam da presente lettes o documentos, numerados e rubinisdos por mim, Chefe de Secretaria.

12 so Janeiro do 10 50

Chefe de Secretaria



SETOR DE DISTRIBUIÇÃO

CERTIDÃO

Certifico e dou fe que contem a presente ação reclama-
tória:
No de laudas: + RFC
Instrumento de procuração: UMA
Folhas de documentos diversos: DUAS
OBS:
CERTIFICO ainda que, nesta data, foi a resma ação
distribuída para Mile Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia,
sob o no 153 /8), conforme Ata lavrada no livro de Distribui-
ção nº <u>04</u> .
CERTIFICO também que foi designada a data de
de ferreiro de 1989, às 128 30 min para mali-
zação da audiência inaugural, tendo o interessado ficado ciente.
Goiânia, 11 de fareiro de 1982
SO BOYO
Chefe do Setor de Distribuição de Feitos e Mandados
Judiciais



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO 12 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE GOIÂNIA

NOTIFICAÇÃO Nº136/82

Proc:77/82

ASSUNTO: Reclamação apresentada por

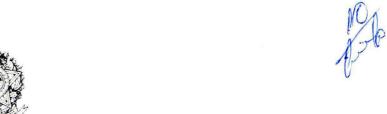
RUI DE OLIVEIRA

	Notifico-o a comparecer perante esta Junta de C	Conciliação
e Julgamento, à	Av. Goiás nº 382 2º andar - Centro	
às 12:30	(doze e trinta	horas do
dia 17	(dezesete	_) do mês
de Fevereiro	82 para audiência relativa à reclamação constante	da copia
anexa.		
	~	

O não comparecimento de V. Sa. a referida audiencia importará o julgamento da questão à sua revelia e a aplicação da pena de confissão, quanto à matéria de fato.

Nesta audiência devera V. Sa. estar presente independentemente do comparecimento de seus representantes, sendo-lhe facultado fazer-se subs tituir pelo gerente ou qualquer outro preposto, que tenha conhecimento do fato e cujas declarações obrigarão o preponente.

Goiania , 12 de Janeiro de 19	82.
J. Trabalho-14 JCJ-Aud. 17/2/82 Not. 136/82	
COMPROVANTE DE ENTREGA : 1 - ECT DO SEED Prog: 77/82	
DESTINATÁRIO 3 JAN 1982	
JÚLIO JOSÉ DA SILVA	e not <u>i</u>
ENDEREÇO -	sta da
Rua 3 nº 572 Aptº 303 Edf. Sibéria -Setor Oeste	o re-
CIDADE ESTADO	1982 .
Nesta	
RECEBIDO EM ASSINATURA DO DESTINATÁRIO — 13/1/82 X Szabul Vaz de alvalura	
	J. Trabalho-12 JCJ-Aud. 17/2/82 Not. 136/82 COMPROVANTE DE ENTREGA DESTINATARIO DO SEED DESTINATARIO JÚLIO JOSÉ DA SILVA ENDEREÇO Rua 3 nº 572 Aptº 303 Edf. Sibéria - Setor Oeste CIDADE CIDADE ASSINATURA DO DESTINATÁRIO



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

ATA DE AUDIÊNCIA relativa ao processo nº a. JCJ 77 /82.
Aos 17 dias do mês de fevereiro do ano de 1.982,
as 2,30 horas, em sua sede, reuniu-se a a. Junta de Conciliação e Julgamento
de Goiânia , sob a Presidência do MM. Juiz do Trabalho,
Dr. Platon Teixeira de Azevedo Filho , presentes
os srs. Daniel Viana Vogal repre-
sentante do empregadores e Expedito Domingos Bezerra
Vogal representante dos empregados, para instrução e julgamento da reclamação
ajuizada por Rui de Oliveira
contra Julio J da Silva
relativa a sal.retido, etc.
no valor de Cr\$
Aberta a audiência foram, de ordem do MM. Juiz Presidente,
apregoadas as partes, presentes ambas. O recte. com o advogado Luiz Gon-
zaga Assunção e o recdo. com o advogado AZaria s Ponto de, digo, Aza-
rias Porto de Abreu.
A seguir, o recdo. apresentou defesa escrita sem '
documentos.
Conciliação recusada.
As partes, a partir de 25 do corrente, terão o pra
zo comum de três dias para especificarem as provas que pretendem '
produzir, esicarecendo quais os fatos que serão provados, sob pena
de ameluese

Para prosseguimento, adia-se para 05.mar.82, às.... 09h50m para depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso e para deliberação sobre provas, cientes.

Em seguida, suspendeu-se a audiência.

AD 1.358 - GO - 2.105 - MA

OFF,090.551.001-10

Juniz gouzega lorden

Goulo Rose de Chaury de Charles

AT-1-1

EXMº. SR.

DR. JUIZ PRESIDENTE DA 1º J.C.J. DE GOIÂNIA

JÚLIO JOSÉ DA SILVA, nos autos da Reclamação formulada por RUI DE OLIVEIRA, em curso pelos feitos deste Juizo vem por esta e na melhor forma de direito, através de seu advogado (m j.) com escritório à Av. Goiás 'nº 623, Edifício "Magalhães Pinto", sala 1.202, centro, onde receberá as comunicações Judiciais, contestar a mesma pelos fatos abaixo:

I - O item "I" do petitório começa por uma inverdade, ao la alegar que o reclamante a O4 de julho de 1979 fora contrata do exercer a função de Operador, quando na verdade o Reclamante naquela época fora contratado para exercer a função la cozinheiro mediante salário de Cr\$ 3,500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros), e não foi dispensado, o Reclamante, simplesmente abondonou o emprego conforme se provará pelo depoimento do Reclamante, o que fica requerido;

II - Outra menos verdade, é a afirmação do item "II" quando diz que o Reclamante não prestou serviços em junho e agosto de 1981, pois, na verdade ele não prestou serviços do dia '21/05/81 a 13/09/81, muito embora tenha recebido os salários neste lapso, de tempo, como se provará pelo depoimento ainda do Reclamante, e quanto ao tempo sem serviço, pelo depoimento das testemunhas abaixo arroladas;

III - Outra descabida inverdade, MM. Juiz, é a contida no '

item "III" da peça mangural, vez que a fora o tempo compreendido entre 05/07/79 a 31/12/80, época em que a pedido do
próprio Reclamante os salários foram retidos para a compra!

de um carro, o que realmente aconteceu, e como o tal acerti
va e verdadeira, requer-se mais uma vez o depoimento do Reclamante, que inclusive provará que a partir daquela data!

em que o Reclamante ficou devendo (18 29.708,00 (vinte e nove mil e setecentos e oito cruzeiros), jamais ele conseguiu
equilibrar as colunas de débito e crédito, assim pois, quan
do ele reclama (18 84.000,00 (oitenta e quatro mil cruzeiros
de salários não não pagos, ele os devia no importe de

(18 47.640,00 (quarenta e sete mil e seiscentos e quarenta !
cruzeiros), fora o dinheiro emprestado pelo irmão do Reclamado, ao Reclamante e não pegos;

IV - Menos verdade ainda MM. Juiz, é a contida no item "IV" da infeliz Reclamatória, pois que o Reclamante gozou férias remuneradas de 21/05 a 13/09/81, período este que o Recla - mante se não descansou a contento, foi porque trabalhou para terceiros como se provará;

V - A guiza de esclarecimento a este Douto Juizo, passare - mos a uma breve sumula do ocorrido:

a) O Reclamante iniciou seus serviços para o Reclamado em 05/07/79, como cozinheiro, como reclamado notou o interesse do Reclamante para com as máquinas, iniciou-o inicialmente ajudando em lubrificação das máquinas, ensinando-o a conhecer cada parte das mesmas, etc. e, realmente após 05 (cinco meses mais ou menos, o reclamante começou a funcionar as máquinas para esquentar e, daí, a operar foi um passo, e neste lapso de tempo, teve aumentar de salários, passando de Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros) a Cr\$4,000,00 (quatro mil cruzeiros), e assim sucessivamente até alcançar os Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) último salário;

15/

AV. GOIÁS N.º 623 - ED. MAGALHÃES PINTO - 12.º ANDAR S/ 1.202 - FONE 224-0407 — GOIÂNIA - GOIÁS

Procuração

OUTORGANTE(S): JÚLIO JOSÉ DA SILVA, brasileiro, casado, fazendeiro, residente e domiciliado na Rua 3, nr. 572, Edifício' Sebéria, apartamento nr. 303, Setor Oeste, em Goiâ - nia-Go.

OUTORGADO(S): ALEXANDRE WAGNER PORTO e AZARIAS PORTO DE ABREU, bra sileiros casados, advogados, com escritório profissio nal à Av. Goiás nº 623 no Edifício Magalhães Pinto ' 12º andar sala nº 1.202, em Goiânia-Go.

PODERES:

AMPLOS, GERAIS e ILIMITADOS, da cláusula AD JUDICIA, e os constantes da ressalva do art. 38 do C. P. C., para representarem o(s) outorgante (s) perante pessoas jurídicas, de direito público ou privado, particulares, pessoas físicas ou jurídicas, de qualquer espécie ou natureza investidos ainda de tais poderes para Fôro em geral, qualquer Juízo, Instância ou Tribunal e mais os de acordarem, transigirem, receberem e darem quitação, substabelecerem, sem prejuizos dos poderes retromencionados, para especialmente em conjunto ou separadamente defender de Reclamação Trabalhista, formulada por RUI DE OLI-VEIRA.

Goiânia, 15 de fevereiro de 1982

SAIRRO LE CAMALIA

AT. Pará, 184. c/ 194 Sa de Luxa

RECOMBECIM NTO

Secondeço, por semelhança a firma de

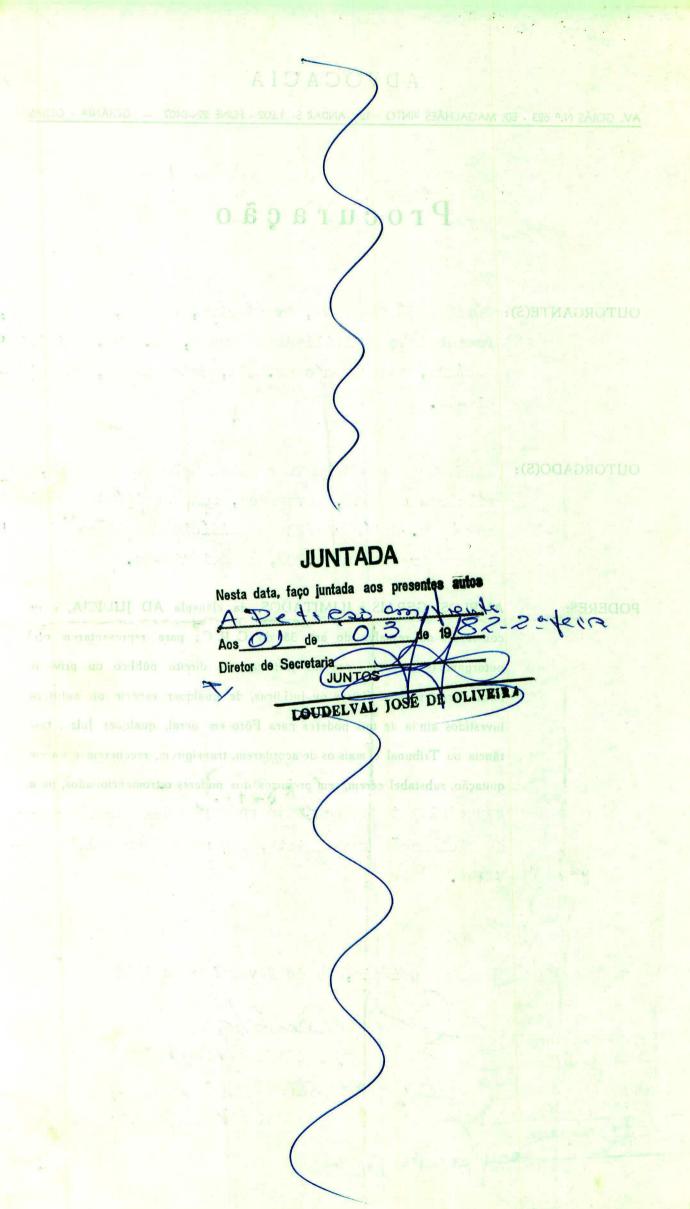
CPT - 025 403 711 - 91

por análoga ao exemp o constante de CT - 886526 - 588 - Nitouri RT

meu arquivo. Dou fé.

Goiânia, 5 de Novembre de Camalia de CT - 886526 - 488 - Nitouri RT

Em Test. A da verdade.







FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS Órgão de Representação do Trabalhador Rural

Excelentíssimo Senhor

Doutor Juiz Presidente da la. Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia-Goiás.

Processo no 77/82

Rte.: Rui de Oliveira

Rdo.: Júlio José da Silva

Fase: instrução.

1.º JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

2 6 FEV 1982

Goiânia — Goiás

Sex k... felik

Junte-se. Go/26/02/82.

Platon Teixeira de Azevedo Filho
Juiz do Trabalho - Substituto

RUI DE OLIVEIRA, qualificado nos autos em epígrafe da Reclamatória Trabalhista proposta em desfavor de Júlio José da Silva, também já qualificado, por um de seus bastantes procura dores judiciais que esta subscreve, atendendo ao que consta da ata da audiência conciliatória realizada nessa Meritissima Junta no dia 17 do corrente mês e ano, vem à digna presença de Vos sa Excelência expor e requerer o seguinte:

- 1. as provas que pretende produzir são as já requeridas na inicial, quais sejam: documental, testemunhal e depoimento pessoal do reclamado, sob pena de confissão;
- 2. quanto aos fatos que serão provados, em decorrência da defesa oferecida pelo reclamado, o reclamante tem a dizer o seguinte:

2.1. - tempo de serviço:

independe de comprovação, por se tratar de materia incontroversa, já que o reclamado confirma, em sua defesa, o período da prestação laboral. A única objeção por ele feita diz respeito ao período em que o reclamante deixou de prestar-lhe serviços, pois, segundo a defesa, isso se deu no período de





FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS Órgão de Representação do Trabalhador Rural

02

"21/05/81 a 13/09/81" quando, na verdade, tal lapso $\acute{\rm e}$ o que foi mencionado na inicial (junho/agosto de 1981) conforme se provara.

2.2. - salário retido em dobro:

verifica-se que esta parcela é, também, incon troversa, pois o reclamado não chegou, sequer, a negar que deve ao reclamante os salários reclamados na inicial (janeiro a maio, setembro e outubro de 1.981), limitando-se a mencionar, evasi vamente, que o reclamante jamais conseguiu "equilibrar as colunas de débito e crédito", aludindo-se a um suposto débito do reclamante de CR\$47.640,00 (de que?), "fora o dinheiro empres tado pelo irmão do Reclamado, ao Reclamante e não pegos" (sic). Por outro lado, o reclamado não juntou aos autos qualquer com provante válido (art.464 da CLT) de pagamento dos salários devidos ao reclamante e reclamados na inicial.

Como se sabe, segundo a melhor orientação dou trinária e jurisprudencial "ENTENDE-SE COMO NÃO CONTESTADO O SALDO DE SALÁRIO COMPUTÁVEL EM DOBRO, QUANDO A NEGATIVA É VAZIA, DESFUNDAMENTADA". Esta matéria pelo que se vê, não reclama provas. Todavia, se necessário, o reclamante provará o afirmado na inicial, a esse respeito.

Solicita-se, por ser oportuno, a exibição, por parte do reclamado, dos comprovantes de pagamentos salariais 'feitos ao reclamante sobretudo os concernentes à parcela ora analisada (salário retido);

2.3. - rescrição contratual:

o reclamado alega, em sua defesa, que o reclamante "abandonou o emprego", imputando-lhe, via de consequência, o cometimento dessa falta. Inverte-se, assim, o ônus probatório, cumprindo ao reclamado a comprovação da dispensa motivada do reclamante.

Se, todavia, V.Exa. entender de forma diversa, o reclamante comprovará sua dispensa injusta;





FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS Órgão de Representação do Trabalhador Rural

03

2.4. - férias :

o reclamado afirma que o reclamante gozou férias remuneradas no período de "21/05/81 a 13/09/81", o que é uma inverdade e um absurdo. Não nega, entretanto, o reclamado 'que tenha deixado de pagar ao reclamante as férias correspondentes ao período anterior. Provará o reclamante que jamais gozou férias ou recebeu qualquer pagamento a elas inerente. Aliás, a exemplo das demais, o reclamado não comprovou, válidamente, o pagamento de referida parcela ao reclamante.

Nestes termos, espera deferimento.

Goiânia, 26 de fevereiro de 1.982.

Por procuração:

Luiz Gonzaga Cordeiro

OAB-GO 3755 — CPF 062586971-00

Depto. Juridico-FETAEG



Nesta data, faço juntada aos presentes autos

19 0 Diretor de Secretaria

JUNTOS

Jan 19

Azarias Porto de Abreu
ADVOGADO

Exmº. Sr.

.

Dr. JUIZ PRESIDENTE DA 18. JUNTA DE CONCILIAÇÃO DE GOIÂNIA.



Junte-se apenas a petição, devolven do-se os documentos. Go/26/02/82.

Platon Teixeira de Azevedo Filho
Juiz do Trabalho - Substituto

JULIO JOSE DA SILVA, nos autos da Reclamatória formulada por RUI DE OLIVEIRA, em curso pelos feitos deste ilustrado Juizo, vem à digna presença de V. Exa. para, em cumprimento ao Venerável Despacho preferido na Audiência realizada no dia 17 de / cerrente, requer de V. Exa. se digne em determinar a junta da da presente e dos Documentos que a instruem, em numero de (7) sete, que comprovam parte das alegações contidas na contestatória;

O Rel das testemunhas arrelada na / Centestação, bem como o depoimente pessoal do Reclaman te complementarão as provas pretendidas pelo Reclamado.

Termos em que pede e espera deferimento.

00.

Goiânia, 25 de fevereiro de 1982

1.358 - GO - 2.105 MA

CPF 090,551.001-10





PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

INTIMAÇÃO NO 1345/82 Em 02/ março /19 82
ASSUNTO: Vista do processo La JCJ #348 77/82
Recte Sui de Oliveira
Recdo Júlio José da Silva
Senhor:
Intimo-o que, por despacho do MM. Juiz Presidente desta Junta
de Conciliação e Julgamento, foi aberta vista, a partir da presente data, pelo
prazo dedias, para o fim previsto no item abaixo assinalado e discriminado:
01 - Contra-arrazoar o recurso ordinário
02 Contra-arrazoar o agravo de petição
03 Contra-minutar o agravo de instrumento
04 Impugnar os embargos de terceiro
05 Impugnar os embargos à penhora ou à execução
06 Falar sobre documentos anexados nos autos
07 Manifestar sobre o pedido de liquidação (copia anexa)
08 Manifestar sobre o cálculo de liquidação (cópia anexa)
09 Falar sobre a certidão lavrada nos autos
10 - Falar sobre o laudo pericial
11 Falar sobre o laudo de avaliação
12 Falar sobre a devolução da notificação
13 - Falar sobre o retorno dos autos ao T.R.T.
14 Providenciar o pagamento das custas, calculadas em Cr\$
, sob as penas da lei.
15 Tomar ciência da decisão de fls(cópia anexa)
16 Ficar ciente da desistência do reclamante
17 - XX - "Junte-se apenas a petição, devolvendo-se os documentos. G0.25/02/82. As. Juiz do Trabalho".
Atenciosamente,
ER.
P/Diretor de Secretaria
Ao Ilmo. Sr.
Dr. Azarias Porto de Abreu
Av. Goiás nº 326 - sala 1.202 - centro
Nesta CERTIDÃO
Cetifico que nesta data foi expedida á
correspondência supro através do registro

Postal n.o 566d

Goiânia, 03 de 03 de 19 82

E

JUNTADA
Nesta data, faço juntada aos presentes autos
A03 0 5 do 0 3 do 1882-6= 4010
Diretor de Secretaria
LOUDELVAL JOSE DE OLIVEIRA



PODER JUDICIARIO JUSTIÇA DO TRABALHO

I ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE GOIÂNIA

					~		
ATA DE AUDIÊNCIA	relativa	ao pro	cesso no	a.	JCJ_7	77 / 82	4.

Aos 05 dias do mês de Março do ano de 1.9 82,
as oo, to horas, em sua sede, reuniu-se a a. Junta de Conciliação e Julgamento
de GOIÂNIA , sob a Presidência do MM. Juiz do Trabalho,
Dr. PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO EILHO , presentes
os srs. DANIEL VIANA Vogal repre-
sentante do empregadores e EXPEDITO DOMINGOS BEZERRA
Vogal representante dos empregados, para Instrução e Julgamento da reclamação
ajuizada por RUI DE OLIVEIRA
contra JÚLIO JOSÉ DA SILVA
relativa a SAL; RET; Av. etc.
9
no valor de Cr\$
Aberta a audiência foram, de ordem do MM. Juiz Presidente,
apregoadas as partes, presente apenas o recte. com o advogado Luiz Gonza
ga Assunção e o advogado do recdo, Sr. Azaria Porto Abreu.
A seguir, o advogado do recdo. requereu o adia -
mento da audiência tendo em vista que o redo. ora se encontra '
hospitalizado.
0 MM. Juiz deferiu o adiamento sob protestos do '
recte.
Ao advogado do recdo, concedeu-se o prazo de
três (03) dias para juntar aos autos o atestado médico.
Para prosseguimento, adia-se para 1º.abr.82, as
14h00m, cientes as partes que deverão comparecer para depoimento
pessoal, pena de confissão.
r couida suspendeu-se a audiência.

Em seguida, suspendeu-se a audiência.

fate do Trabalho

OBS: em tempo no verso

EM TEMPO: retificando o nome do advogado do recte: LUIZ GONZA-GA CORDEIRO.

Nada mais, suspendeu-se a audiência.

Julz do Trabalho

Vogil R. dos Emscratheros Vogal R. dos Empregados

Will Ol Olivinia Paris Social S

JUNTADA

presentes autos	
Nesta data, faço juntada aos presentes autos	3.
APELICOD ON ARMED 3 = de 15	,
Diretor de Secretaria	
LOUDELVAL JOSÉ DE OLIVER	

João Damasceno Porto
Gastrenterologia

Alestado

Acsdo, para es desidos francisco de atendo lun sua ren.

deiraia, a 02:00 h. do dia

05/03/82. o S. filia fre

do Silva acometido de

Cuse renal, tendo sido de

transportado e intrado

transportado se intrado

do formado se intrado

do formado se intrado

do formado se intrado

do formado se intrado

Rua 4. 286 - S. Oeste - Goiánia - Go.

Fones 225-7341 - 224-5705

EM 1630 - OF NICADORM 1630 CR. NISON 1630 C

documentos, por documentos, por mim numerado (s) e rubricado (s).

Em O S / O B / Secretaria

Diretos de Secretaria

LOUDELVAL JOSÉ DE OLIVEIRA



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO

la JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE GOIÂNIA

ATA DE AUDIÊNCIA relativa ao processo nº 7 a. JCJ 77 / 82.

	Aos 1º dias do mês de Abril do ano de 1.982,
	horas, em sua sede, reuniu-se a la la Junta de Conciliação e Julgamento
de GOI	
-	ATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO , presentes
2	DANIEL VIANA Vogal repre-
	do empregadores e EXPEDITO DOMINGOS BEZERRA
	presentante dos empregados, para instrução e julgamento da reclamação por RUI DE OLIVEIRA
	JLIO JOSÉ DA SILVA
ACTUAL VALUE OF STREET	a sal. retido. etc.
10140170	
no valor	de Cr\$
	Aberta a audiência foram, de ordem do MM. Juiz Presidente,
apregoad	as as partes, presentes ambas. O recte. com o advogado Luiz Gon-
	zaga Assunção, e o recdo. com o advogado Azarias Porto de A -
	breu.
	A seguir, pelas partes foi feito acordo via do
	qual o recdo. pagará ao recte, por saldo do pedido, a quantia
	total de Cr\$90.000,00, sendo Cr\$45.000,00 até 12 do corrente; e
	045.000,00 ate 12.mai.82, tudo em dinheiro.
	Incide sobre o acordo a multa de 100%.
	O recdo, neste ato, devolveu ao recte, uma pro -
	missória de emissão do recte. em favor do irmão do recdo, no
	valor de 0030.000,00.
	À final as partes quitar-se-ão reciprocamente.
	Acordo homologado.
	Custas, pelo recte, no importe de Cr\$4.0/3,00, cal
	alleles sabre a valor total de acordo (CN120.000,00), dispensa
	das na forma legal.
	Em seguida, encerrou-se a audiência.
	Roberto Cale aria
	Em seguida, encerrou-se a audiência de la
	The second secon
	Cos Expression 7. 5. 2
	ali sesant
AT 1 1	
AT-1-1	· My do Ollervella

EXPEDIÇÃO DE SUM

CERTIFICO que nesta data, foi expedi-

da, a requerimento da <u>Roc do</u>
guia n'346/82 para depósito da impertância de Cr\$ 45/00000 =
Geiânia, /2 de 04 de 19 P2- 2 \$ Feis

erreira
Œ IXU
ARIBVINO ECLIUH AVIIR ACI MODE OLLO .oto .oniter .lse
anticasi To to
Tarong a cason of imp
1982-3= tera

25

P. J. JUSTIÇA DO TRABALHO JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

PACKET MINISTER MINISTER SOM						
	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Uso da CEF	Ag. 1009	Op. 009	Conta nº 901857	J ^D 9
	JUSTIÇA DO TRABALHO — GU	IA DE DEPÓSITO/LEV	ANTAMENT	0		
	Junta 12 Proc. n° J.C.J. 77/82 Reclamente Rui de Oliveira	Guia n° 346/82	#	Depósito em di	nheiro Depósito	em cheque
2ª via: Junta	Julio José da Silva	8.0	CL		Valor do depósito-Cr\$	
	O valor abaixo autenticado corresponde a: Acordo.					
1			CL 83		/alor do levantamento-Cr\$	
		10. 322		Sales of the sales		
	Pague-se a Pague-se a				nça, o depósito em cheque será lib	erado
	Goiânia, 12 de abril de	19 <mark>82 - 14:05</mark> 1 NETO 4 23 ABR			scido de Correção Monetária	R
34 179	Diretor de Egretaria Roberto Fleury da Silva e Souzo Diretor de Secretaria - 1. * JCI Goiânia - Go.					

CERTIFICO que nesta data, foi espedir
da, a requerimento da
guia n' para depositu da importancia de cra
Goiania, de de 19

Recebi nesta data a guia n' 346/82 - 42 e 3 - 145
p/ levantamento de Cra 45.000,00
referente ao presente processo, cuje
valor dou quitação.
Goiânia, 14 de 04 de 1982-5 - 160
Recebi nesta data a guia n' 346/82 - 42 e 3 - 145
p/ levantamento de Cra 45.000,00
referente ao presente processo, cuje
valor dou quitação.
Goiânia, 14 de 04 de 1982-5 - 160
Recebi nesta data a guia n' 346/82 - 42 e 3 - 145
p/ levantamento de Cra 45.000,00
referente ao presente processo, cuje
valor dou quitação.
Goiânia, 14 de 04 de 1982-5 - 160
Recebi nesta data a guia n' 346/82 - 12 e 3 - 145
p/ levantamento de Cra 45.000,000
referente ao presente processo, cuje
valor dou quitação.

ENEBLING DE GUN HARAN

Mu. Juiz

Acordo nas ambido, Go. 13.05-82 Droto

EX9- 06-12-77

Olife do S. Processos

P.J. - JUSTIÇA DO TRABALHO JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

		C	ON	CLU	Si	40 5º	feir	0
Nesta	data,					presentes		
MM. J	: P	resi	e.	^ E	- F		1 10 A	<u> </u>
Aos	/ de	Secre	a. la	G 5	>,	ala	() 19 <u>0</u>	2
Pileton	40	00010	COI	NCLU	SC	S		200 04 00°

Proceda-se a execução, observadas as formalidades legais.

Em 14/05/182

Juiz do Trabalho

P.J. - JUSTICA DO TRABALHO JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JUNGAMENTO

JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos presentes autos

Aos__

Diretor de Secretaria

LOUDELVAL JOSÉ DE PLIVALA





FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS Órgão de Representação do Trabalhador Rural

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Presidente da la. JCJ de Goiânia - Goiás.

Processo nº 77/82

Rte.: Rui de Oliveira

Rdo.: Júlio José da Silva



J. a conclusão Em / + 105 / 19 82

Juiz Presidente

RUI DE OLIVEIRA, qualificado nos autos em epígrafe da Reclamatória Trabalhista proposta contra JÚLIO JOSÉ DA SILVA , também ali qualificado, por um de seus bastantes procuradores judiciais que esta subscreve, vem à digna presença de Vossa Excelência expor e requerer o seguinte:

a segunda parcela do acordo, no valor de Cr\$..... 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros), que o reclamado deveria depositar nessa Meritíssima Junta no dia 12 próximo passado, foi paga diretamente ao Reclamante, por intermédio de seus representantes.

Dessa forma, o reclamado cumpriu, satisfatoriamen te, sua obrigação, estando desobrigado de pagar qualquer importân cia ao Reclamante.

Face ao exposto, o Reclamante solicita a extinção do processo com seu consequente arquivamento.

Goiânia, 14 de maio de 1.982.

Por procuração:

OAB-GO 3755 - CPF 062586971-00 Depto. Juridica-FETAEG



Caridira enfide a

obigan en la s

- relati.

Paga - -sh, orginer.

C- 25/05/32

Ped DN